

JUVENTUDE QUE BATALHA POR EMPREGO, PREVIDÊNCIA E EDUCAÇÃO!

CHEGA DE SUFOCO! NOSSOS DIREITOS JÁ!

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Não se deixe cooptar.

Não se deixe esmagar. Lutar sempre”. Florestan

Fernandes

Após o último período de incertezas, chegamos à metade de 2019 com um semestre intenso e de muita luta. Inesperado para muitos que traduziram o resultado das urnas como uma derrota absoluta da classe, o ano começa com atos de muita energia e disposição ao diálogo, colocando de 5 a 10 mil pessoas nas ruas das principais cidades do país já no março de lutas, com o 8M, 14M - Justiça a Marielle! e o 22M de luta contra a Reforma da Previdência. Atos de rua que só cresceram em tamanho e qualidade no #maiodaeducação, reunindo milhares de pessoas e insatisfações na rua. Principalmente no histórico 15 de maio, que incendiou mais de 200 cidades em todo país, e se transformou em grandes atos políticos, de denúncia dos cortes na educação, mas também de grito contra a destruição da previdência via reforma, e de modo geral, a denúncia dos rumos que o país tem tomado em meio à crise. Lutas que acumularam e deram caldo ao dia nacional de Greve no recente 14 de Junho, que apesar de bastante aquém de uma greve geral e ter se limitado aos setores mais organizados, manteve acesa a luta pelos direitos, com importantes atos de trancamentos já na madrugada e gigantescos atos de rua ao longo do dia.

Mobilizações marcadas principalmente pela presença em peso da juventude, que desde o estopim dos cortes apontaram a luta coletiva na rua como forma de

resistência, com muita energia e disposição de reação à guerra contra os direitos declarada pelo governo.

Na linha de frente das batalhas, a juventude e o movimento estudantil sempre ocuparam papel de destaque. Historicamente atuantes na luta pelas reformas de base, na resistência ao golpe e à ditadura civil-militar-empresarial, na batalha pela redemocratização, nas diretas já, e, mais recentemente, tomando as ruas em junho de 2013 para exigir liberdade, direitos e dignidade de verdade, seguindo com as ocupações secundaristas e universitárias contra as medidas do governo golpista de Temer; participando ativamente das campanhas #viravoto e #elenão, de denúncia dos reais objetivos de Bolsonaro e do setor burguês que o financia.

Mas após três anos da maior onda de luta estudantil que nossa geração viveu, 6 anos após junho de 2013 que sacudiu o Brasil inteiro, 2 anos após 40 milhões de trabalhadores cruzarem os braços na maior greve geral desde os anos 90, nos perguntamos: o que mudou? Em que sentido mudou?

"Ou os estudantes se identificam com o destino de seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso serão aliados daqueles que exploram o povo."

Florestan Fernandes

Temos vivido ano após ano uma realidade cada vez pior e mais sufocante em nosso país: são 7 milhões de jovens desempregados - 2 em cada 10 jovens de 14 a 29 anos; 28,3 milhões de pessoas sem trabalho, desalentadas ou subutilizadas; os custos dos alimentos, das contas, do transporte, da mensalidade, subindo cada vez mais, enquanto as oportunidades de trabalho que surgem mal garantem o básico para viver; o aumento dos jovens e idosos morando nas ruas, o retorno por toda parte do trabalho infantil e das formas mais degradantes de se buscar a sobrevivência; o aumento alarmante do adoecimento psíquico e do suicídio como saída para os jovens, que segundo o mapa da violência no Brasil, entre 2000 a 2015, aumentaram 65% dos 10 aos 14 anos e 45% dos 15 aos 19 anos. Ainda, o controle crescente exercido sobre a juventude, a qual representa 25% da população brasileira (IBGE), através da prisão e do assassinato. Somos um país com a 3ª

maior população carcerária do mundo, com um perfil masculino, jovem (55%) e negro (64%) - todos dados do relatório InfoPen. Além disso, segundo o Mapa da Violência de 2019, no Brasil ocorrem 180 homicídios por dia, sendo 75% de negros. Somado a tudo isso, a destruição a passos largos das matas e rios de um dos países de maior biodiversidade do mundo por parte de empresas privadas descompromissadas como a Vale do Rio Doce e de sucessivos governos coniventes; a contaminação do ar, da água e dos alimentos por uma enxurrada de agrotóxicos pelo setor do agronegócio. Problemas de grande ordem, que colocam um ponto de interrogação sobre o nosso futuro.

Temos sentido na pele os efeitos de mais uma e, talvez, a pior crise desse sistema que descarrega sobre a juventude e os trabalhadores do Brasil e do mundo inteiro mais e mais privações. Mesmo em pleno século XXI, com respostas científicas à doenças complexas, produção de alimentos em larga escala, medicina de ponta, máquinas e inovações que nos possibilitariam chegar a outro patamar civilizatório enquanto humanidade, vemos a barbárie como cotidiano. Mesmo com toda a tecnologia com que convivemos, nos perguntamos a cada descoberta, por que estamos retrocedendo? Por que ainda hoje convivemos com a fome, a desigualdade social, de gênero, étnico-racial, de sexualidade? Por que ainda persiste a miséria, o desemprego estrutural, a falta de moradias, a violência extrema, as guerras territoriais, a emigração de milhares e milhares de pessoas de seus territórios, a destruição do que resta dos recursos naturais? Por que questões básicas de vida como a educação das futuras gerações, saúde, transporte, saneamento são tratados como privilégios de quem pode comprar e martírio de quem não pode pagar?

Fazemos parte da geração que cresceu sob o discurso do fim da história, do fim das classes e dos conflitos entre elas, da integração global, da prosperidade que iria reinar com o capitalismo que inaugura o século XXI ocupando todos os espaços do planeta. Mas a realidade é que o capitalismo não resolveu nenhum dos grandes problemas que assolam em maior ou menor grau todas as sociedades e nações, pelo contrário, agudizou e tem levado ao extremo sua lógica destrutiva e irracional em todas as esferas da vida. Em tempos de crise mundial, como a que se abriu em 2008 e se espalhou a partir dos EUA e que ainda segue sem resolução no mundo

inteiro, o receituário dos de cima segue o mesmo: para a maioria mais privação, mais arrocho, menos direitos. Em nome da saúde dos grandes negócios privados, os trabalhadores e a juventude é que são chamados a pagar a conta.

Somos estudantes das universidades, escolas, IF's e faculdades privadas insatisfeitos com os rumos que têm tomado nossas vidas, vivendo a corda bamba de nos manter estudando, conciliando com empregos precários, tendo que disputar bolsas e moradias estudantis cada vez mais escassas, lutando por merendas, alimentação e estruturas de qualidade, nos endividando para acessar o que deveria ser nosso por direito. Temos nos colocado em movimento, buscando compreender que país é esse e como mudar essa história de exploração selvagem, sufoco e super privilégio com que as elites têm conduzido o país há mais de cinco séculos. Somos jovens construindo lutas em nossos diretórios e centros acadêmicos, DCE's, executivas e movimentos de cursos, resistindo aos cortes e ao descaso com que a educação do nosso povo tem sido tratada há anos e queremos dialogar com todos aqueles que também se indignam e acham que as coisas precisam mudar de verdade.

A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

*Salve os caboclos de julho / Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez / De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
(Mangueira, Samba-enredo 2019)*

Muitos dizem que o povo brasileiro é acomodado, não se mexe pra nada, não sabe votar e merece os governos que têm. Mas nossa história, aquela que a história “oficial” não conta, demonstra o contrário desse mesmo lugar. Desde que os colonizadores por aqui desembarcaram iniciando seus negócios, pisando em terras ocupadas e sangue derramando, se vão mais de cinco séculos de batalhas e resistências. Os povos originários não se dobraram docilmente à servidão que lhes foi imposta. Os negros e negras escravizadas lutaram pela sua libertação. Os primeiros assalariados que aqui chegaram via políticas emigracionistas não se

contentaram com as migalhas do pão. Nosso povo, com toda sua diversidade, resistiu e segue resistindo a genocídios e formas desumanas de exploração. Se hoje existe um Brasil, ainda que como projeto inacabado de nação soberana, existe apesar dos interesses e do empenho das elites.

Os de cima sempre se contentaram com a posição de sócios minoritários de outras elites mundiais, fazendo de tudo para que nosso povo não tivesse qualquer chance de interferir nas grandes decisões do país. Mesmo esse sendo erguido cotidianamente pelas mãos e pelas lutas dos trabalhadores. E também por esses foi e segue sendo defendido diante das inúmeras ofensivas daqueles que, sob o nome de privatização, tentam roubar o patrimônio, os direitos, a cultura e a liberdade que conquistamos por aqui.

As elites que desenvolveram seus negócios em nosso território, se aproveitando dos vastos recursos naturais e da superexploração da força de trabalho, sempre tiveram os olhos voltados para fora. Mesmo a frágil indústria nacional que se desenvolveu tardiamente, combinando capital local com o internacional, não chegou a se desenvolver como um complexo industrial capaz de articular as demandas e a produção a partir das necessidades da população. Nos especializamos em exportar matéria-prima barata e importar produtos acabados de alto valor. Nosso padrão de desenvolvimento foi e segue sendo o subdesenvolvimento e a dependência externa.

Os problemas do Brasil não se resumem a um ou outro governo, o que não significa que os grupos, partidos e classes a frente do comando do país não façam diferença, mas sim que acumulamos questões não resolvidas desde a nossa formação. O tipo de colonização e desenvolvimento econômico fraturou o país num abismo social e racial com repercussão até os nossos dias. Mesmo estando na ponta de cima dos países mais ricos do mundo, ocupamos os últimos lugares quando o quesito é igualdade e justiça social. Mas também não se trata apenas de uma questão de distribuição da renda como alguns setores apontam, são problemas estruturais que há cinco séculos seguem sem resolução.

BRASIL, UM PAÍS DO FUTURO?

Em momentos como a profunda crise que se abriu mundialmente em 2008, esses mesmos problemas vem a tona e se agudizam, combinados à barbárie de toda crise capitalista em seu momento de neoliberalismo global: desemprego, empobrecimento e encarceramento em massa, encarecimento e precarização das condições de vida, rebaixamento dos salários. Junto a isso, a dinâmica da crise impõe uma reconfiguração dos diversos países e do papel que irão cumprir na divisão internacional do trabalho. Ao Brasil, país ainda com resquícios coloniais, o ajuste capitalista demanda uma superexploração da força de trabalho ainda maior, rebaixamento do nível de vida (econômico, cultural, social) e maior dependência com os países imperialistas. Essa crise é combinada à outra, visto que economicamente o Brasil cresce muito pouco há 40 anos, obviamente com alguns suspiros nesse período. Entre 1981 e 1990 o crescimento médio do PIB foi de 1,6%, entre 1991 e 2000, 2,06% entre 2001 e 3,7% em 2010, e, agora, entre 2011-2020 0,9%. Mas o signo desde a década de 1980, com o esgotamento do paradigma da substituição de importações, tem sido queda. Para termos dimensão, entre os anos 1930 e 1970 nosso crescimento oscilou entre 4,4% e 8,6%. A indústria brasileira ocupa o menor patamar desde 1948 na nossa economia, e, em abril deste ano, operava com 22,2% de ociosidade. Em 2018 representou 11,3% do PIB, quase metade dos 20% registrados em 1976 a preços constantes.

*“Quem não se movimenta,
Não sente as correntes que o prendem.”*

Rosa Luxemburgo

Como pensar um país sem refletirmos sobre sua base produtiva, sobre suas formas de reprodução da vida? Como pensarmos em soberania sem rompermos com as amarras dos rentistas do mercado financeiro e da dívida pública, com os instrumentos de dominação mundiais, como FMI e Banco Mundial? Como pensar em empregos para a juventude e o papel da universidade sem essa discussão? O debate de que país queremos é urgente!

O Brasil com sua dimensão e diversidade é rico em matéria-prima, força de trabalho, disposição. Ainda que subdesenvolvida temos experiências e tecnologias

que só não são desenvolvidas pela condição que nos é imposta. Teríamos capacidade, com investimento tecnológico e científico, de se construir numa potência econômica, que unida em laços de solidariedade com outras nações da América Latina e do mundo, poderia garantir dignidade para todos. Mas o que vemos são anos e anos de exploração selvagem dos nossos recursos naturais pelos monopólios. O rompimento das barragens da Vale em Mariana, Brumadinho e agora com nova possibilidade de rompimento em Barão de Cocais/MG; a venda do pré-sal a preço de banana, a venda da EMBRAER, e agora a defesa da venda completa da Petrobrás colocam nosso país num patamar de atraso e de dependência ainda maior.

Precisamos nos questionar, para que serve educação pública, para todos, universidades “gratuitas”, se nos marcos do ajuste a saída é rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho no país? Para que produzir conhecimento num país que servirá para exportar soja, minério de ferro, suco de laranja, frango? Para que pensar em desenvolvimento se o Brasil caminha para níveis de exploração Haitianos, Indianos e Chineses?

A vida vai ficar pior se não apresentarmos uma solução para a crise que parta dos interesses dos trabalhadores. Da necessidade de controle da ganância e anarquia do capital. Enquanto os de cima brigam para ver quem vai ficar com a grana da nossa aposentadoria, nós precisamos nos unir para enfrentar os ataques, mas, mais do que isso, encontrar elementos para um novo projeto de sociedade. Repetir os velhos projetos é impossível! E não nos serve! O povo deu oportunidade e construiu junto um programa (democrático e popular) apostando no PT para governar por 14 anos; infelizmente, o plano não correspondeu às necessidades dos trabalhadores, retrocedendo em nome de alianças e de poder. As esperadas e prometidas mudanças estruturais, reforma agrária e urbana, ampliação da democracia, pleno emprego, educação de qualidade, combate à corrupção, garantia de melhoria imediata mas também alicerces firmes de reprodução da vida com dignidade, não vieram. No primeiro vento forte da crise, desmoronou.

Isso não significa que os outros governos tenham sido melhores ou piores, e longe de acreditarmos no conto de que o PT quebrou o Brasil. Jamais depositamos nossa esperança nos projetos liberais e conservadores da direita brasileira,

representante oficial da elite e do capital. A constatação, agora evidente na atual situação, de que o plano de se aliar com a burguesia para desenvolver o capitalismo no país e assim assegurar condições dignas de vida para os trabalhadores não deu certo, nos impõe a tarefa de, principalmente como jovem geração, pensar e construir um novo plano, um novo programa, que supere criticamente tudo o que foi construído até então.

A opção de concílio e governo com os de cima teve sérios impactos para os trabalhadores. Se por anos a fio, os anos dourados das commodities garantiram a farra e alimentaram o setor dos banqueiros, empreiteiras e agronegócio, hoje vemos esses mesmos setores que cresceram em peso político, num ritmo de ofensiva sem igual, buscando manter e ampliar seus lucros a qualquer custo. A exemplo dos grandes monopólios educacionais, alimentados pela política de transferência dos recursos públicos que possibilitaram engordar grandes empresas como Kroton e Anhanguera. Empresas educacionais com ações na bolsa de valores que hoje interferem diretamente nas políticas de sub-financiamento público, disputando saídas políticas como os *vouchers* na educação, que buscam aproveitar do patrimônio público e aumentar seus negócios. De modo geral, o Projeto democrático e popular, a conciliação de classes e o estreitamento da luta aos limites institucionais custaram caro, fragilizando o país e a classe trabalhadora, que hoje tenta se reorganizar para minimamente se defender em meio à guerra aos direitos.

Retornar a esse programa não viabilizará uma saída da crise num viés dos trabalhadores.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.” Antonio Gramsci

O momento político em que nos encontramos torna tudo mais complexo, principalmente após o resultado das eleições do último outubro, com a vitória de Bolsonaro. Diferente do alardeado de outubro pra cá, o governo de Bolsonaro não é fascista, e apesar de se eleger com um discurso anti-sistêmico e de combate à

corrupção e aos privilégios, seu governo tem se apresentado como mais do mesmo no sentido da barganha política, do “toma-la-da-cá” nos altos escalões políticos pra fazer avançar a agenda anti-povo. A corrupção na política e na economia é sistêmica, é o resultado do Estado brasileiro e dos governos que se sucedem estarem a serviço dos patrões, que têm como único objetivo manter a exploração sobre o nosso povo. Eles não têm nenhum respeito pelo nosso sofrimento. É contra esses que devemos lutar, bem como seus representantes na política tradicional.

Mas isso não quer dizer que as coisas seguem iguais. Há uma mudança qualitativa com o novo governo, tanto no aceleração do ajuste anti-povo que já estava em curso (destruição do ministério do trabalho, Nova Previdência, avanço sobre territórios indígenas e quilombolas, liberação do pacote de agrotóxicos totalmente nocivos à saúde e ao meio ambiente), quanto no aumento da participação de setores das Forças Armadas no governo, no aumento da coerção das forças repressivas de estado aos movimentos sociais e, como proposta de redução da violência, o incentivo explícito ao armamento da população e uma série de medidas nefastas como o pacote anticrime proposto por Sérgio Moro, ministro da Justiça e Segurança Pública.

Além disso, trata-se de um governo que desde as eleições, aglutina e mobiliza setores perigosos e próto-fascistas da sociedade que, radicalizados pelo desespero, formam “tropas de choque” do governo e entram em cena para legitimar a agenda de retirada de direitos, privatizações, contrarreformas e maior autoritarismo. Assim como tem acontecido em diversas partes do mundo, tanto Bolsonaro quanto esse setor são alimentados pela crise econômica e política. É a crise e a ausência de alternativas que geram o fenômeno Bolsonaro, e não o contrário. Portanto enquanto a crise permanecer em aberto, há possibilidade de “bolsonaros”, ou monstros ainda piores.

Nesse sentido, é preciso uma profunda reflexão sobre os reais fundamentos do anti-petismo insuflado pela direita, e mesmo sabendo que não existem 50 milhões de trabalhadores flertando com o fascismo, o que levou a classe a enxergar a extrema direita enquanto alternativa? Quem além da direita dialogou efetivamente com o sentimento despertado de forma generalizada em Junho de 2013, de que as coisas precisam mudar pra já?

É certo que estamos num momento extremamente defensivo enquanto classe, e a resistência e unidade entre todos que lutam contra os ataques é fundamental. Mas a resistência pode apenas alterar a questão do tempo, adiando ou amenizando os ataques no plano imediato. Precisamos ir além, combinar formas de resistência ativa, com a busca por um caminho, por uma saída, nos colocar o problema do projeto, de um programa político que apresente uma alternativa dos trabalhadores à crise do capitalismo que vem fazendo com que o país retroceda, condenando o futuro das próximas gerações.

O BRASIL PRECISA DE UMA REVOLUÇÃO

“o que eu consigo ver é só um terço do problema
é o sistema que tem que mudar
e não se pode parar de lutar, se não não muda
A juventude tem que estar a fim, tem que se unir”
(Charlie Brown Jr. & Negra Li - Não é Sério)

Precisamos mobilizar a força, disposição, energia e ímpeto revolucionário dos jovens brasileiros para se colocarem como protagonistas da transformação. Não dá para esperar que o judiciário brasileiro mude e passe a operar decisões justas, não dá pra esperar que a classe política mude, e tampouco podemos esperar tão somente pelas eleições de 2022. Nossa democracia é frágil, nossa história é marcada por sucessivos golpes e o último em 2016 nos ajuda a lembrar que mudanças estruturais não se dão pelas vias institucionais.

Esse processo virá das mãos de quem constrói o país, virá daqueles que estão com seu presente ameaçado e sem qualquer perspectiva de futuro. Nosso país precisa de uma revolução, um golpe de força dos de baixo, que faça possível pela primeira vez na nossa história, que os trabalhadores e a juventude entrem em cena como protagonistas, governando a partir das necessidades da maioria, construindo outra forma de viver em que reine a liberdade, a dignidade e os direitos a todos. Queremos lutar por um novo país, que coloque o socialismo na ordem do dia. O socialismo enquanto uma necessidade e não uma sociedade abstrata, idealizada e

resultado de engenharias sociais. O socialismo é a organização social a partir das necessidades da maioria, é um passo agora na direção da emancipação de toda a humanidade, um passo que exige que o poder seja exercido por quem vive do próprio trabalho, que a voz daqueles que sentem na pele as necessidades sejam ouvidas. É nesse sentido que precisamos voltar a falar de maneira séria de revolução, como objetivo, não apenas nos dias de festa, mas enquanto um processo de construção política permanente e cotidiana, de diálogo e organização junto aos trabalhadores.

Junho de 2013 foi a primeira manifestação da revolução brasileira, colocando a atualidade dessa revolução, não apenas enquanto necessidade mas enquanto possibilidade. Foi o momento em que veio à tona a insatisfação generalizada com as condições de vida, questionando as instituições burguesas em sua insuficiência em assegurar os direitos básicos de transporte, saúde, moradia, educação a todas as pessoas, ao passo que garantia aos negócios uma verdadeira farra com dinheiro público com a Copa e todos os megaeventos esportivos que encerram agora com a Copa América.

Junho nos deixa lições, sobre a explosividade da luta por direitos, sobre a força que temos, sobre a radicalidade do precariado, principal setor que se levanta colocando em questão os anos de melhorismo que já em 2013, o mínimo de avanços estava sendo corroído pela crise. Mas, principalmente, Junho nos deixa a lição das consequências da falta de projeto autônomo dos de baixo, que desenvolvesse aquele momento de insatisfação generalizada nos quatro cantos do país e canalizasse para uma mudança real.

Lutar por esse projeto passa pela defesa dos direitos já!, por barrar e derrotar as políticas que Bolsonaro e todos os setores da burguesia impõe como única saída para a classe trabalhadora, através de agenda de retirada de direitos, privatizações, encarceramento em massa, extermínio e genocídio da juventude negra e periférica, contrarreformas, maior autoritarismo e violência. Perpassa exigir a suspensão e uma auditoria cidadã da dívida e já! Medida desgraçadamente negada pela então presidente Dilma, em 2016. Precisamos de um plano emergencial de criação de empregos, de moradia, construir projetos de desenvolvimento dos centros urbanos que explodem com as contradições do sistema; assegurar direitos de fato e a todos,

que não fiquem a mercê de qualquer vento de crise, especialmente quando se trata das populações marginalizadas, negras e negros, mulheres e LGBTQs.

É defender um plano de redistribuição de renda não às custas dos setores médios, mas que mexa sim nos super-ricos, nos verdadeiros privilegiados que lucraram com os negócios mais espúrios de superexploração, isenções, grilagem, tráfico, sonegação e tantas outras formas dessa burguesia subserviente sobreviver.

É lutar por uma escola pública que seja mais próxima ao que os estudantes secundaristas construíram nas ocupações (escola viva, com trabalho educativo, com artes plásticas, dança, música, teatro, filosofia, que fale sobre temas da atualidade, sexualidade, trabalho, raça, gênero, vida). É defender o sentido de uma universidade pública à serviço das demandas sociais, que produza conhecimento e incentive a pesquisa científica para corresponder ao desenvolvimento econômico do país.

Se a política de ações afirmativas foi um pequeno passo no sentido das resoluções para os nossos problemas históricos e estruturais, pensar outro projeto de país, passa pela necessária exigência de reparação quanto ao crime mais hediondo da história da humanidade, o que requer um enfrentamento radical as estruturas desse país corrupto. Que nos demanda não só defender as cotas nas universidades, mas também, repensar todo o papel do conhecimento como emponderamento dos agentes protagonistas da transformação radical necessária, colocando o acúmulo produzido dentro da universidade até então e o que ainda é necessário produzir a serviço da sociedade brasileira e em busca da emancipação do povo negro unido a emancipação de toda classe trabalhadora do Brasil e do mundo.

Precisamos de engenheiros qualificados, arquitetos, administradores para que se desenvolvam cidades mais humanas, com saneamento básico em todos os bairros, transporte público coletivo de qualidade, geração de energias limpas e com moradias dignas a todas as pessoas. Precisamos de médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, artistas e professores que estejam a disposição da nossa classe para fortalecer e ampliar o Sistema Único de Saúde (referência no mundo todo) para promover saúde plena. Desenvolver políticas públicas de saúde, com foco na prevenção de doenças, utilizando a ciência e tecnologia para sintetizar

medicamentos mais eficientes e retomar o conhecimento ancestral dos povos originários para utilizarmos toda a riqueza das ervas naturais da Amazônia.

Ou seja, são questões que precisam fazer parte de um plano transitório, que ligue as necessidades imediatas da classe a uma perspectiva de desenvolvimento do país em outra direção, na direção de uma sociedade que “dê a todos conforme sua necessidade e contribua de acordo com suas possibilidades”, a direção do socialismo. Caminho que vem sendo construído mesmo que de forma fragmentada e dispersa nas lutas específicas, mas que só pode ser conquistado com a disputa pelo poder, colocando o país sob a direção dos trabalhadores.

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”*

Rosa Luxemburgo

Essa é a disputa fundamental que acreditamos necessária de ser feita junto ao povo que batalha. É urgente extrapolarmos o círculo de ativistas e dialogar com todos aqueles que tem buscado alternativa ao sufoco que vivemos, inclusive com os que votaram em Bolsonaro buscando uma saída. Não por acaso a direita tem entrado com tudo na disputa, aprendendo as lições do Junho que não pode se repetir, e tem avançado nas formas de mobilização e organização, disputando principalmente a juventude que tem sido o principal setor ativo nas lutas de 2013 pra cá.

Assim como em Junho, é a luta por direitos que tem movimentado milhares de pessoas que tem defendido nas ruas o direito à manifestação e às liberdades democráticas. A luta pela liberdade de Lula não está fora disso, defendemos e achamos sim que se trata de uma prisão arbitrária e injusta, que desmascara o sentido político da Operação Lava-Jato e a imparcialidade da justiça brasileira que acelera processos de seu interesse mas ainda não foi capaz de responder aonde está Amarildo?, de quem assassinou violentamente Marielle Franco e Anderson. Acreditamos que a denúncia da lava-jato e do sistema judiciário brasileiro arquitetado para a defesa dos ricos e poderosos não demanda a exigência de soltura de Cunha, Pezão e outros envolvidos em esquemas de corrupção, nem

mesmo absolve Lula, que como todo cidadão deveria ter direito a um julgamento justo, com ampla liberdade de defesa e argumentação. Mas essa disputa só pode ser uma luta real se estiver vinculada e hierarquizada pela disputa do plano de saída da crise e projeto de nação.

ALICERCE DA LUTA ESTUDANTIL

“Eu acredito é na rapaziada
que segue em frente e segura o rojão
eu ponho fé é na fé da moçada
que não foge da raia e enfrenta o leão”
(E vamos à luta! – Gonzaguinha)

Acreditamos que o movimento estudantil precisa estar engajado nessa construção, aliando a luta de resistência nas ruas com a necessária construção de um projeto alternativo de país, ancorado nas demandas dos trabalhadores e da juventude. A juventude é o pulmão das lutas, podendo ser determinante no papel de animar e encorajar outros setores, de apontar a necessária disputa do futuro.

E é no movimento estudantil que boa parte desse potencial se concentra. É o cotidiano das universidades, escolas e IFFs que nos permitem construir processos de coletivização, politização e luta. É no movimento estudantil que construímos processos políticos vivos e criativos de resistência e luta cotidiana, tão diferentes do estéril ambiente das burocracias e dos “chefes” do movimento, que contamina e desacredita a política. Queremos alicerçar outro tipo de fazer política, enquanto a única arma que temos para mudar as coisas. Resgatar a política como cotidiano, construída por pessoas simples, protagonistas de sua história.

Nesse sentido é que buscamos a partir da atuação em nossos locais, contribuir no processo de reorganização do movimento estudantil, o que perpassa por reconstruir um sujeito ativo nas lutas da educação, mas também das lutas gerais da classe, como o atual enfrentamento à Reforma da Previdência; um movimento que

construa verdadeiros quartéis gerais de resistência, denúncia e enfrentamento àqueles que querem condenar nosso futuro.

Um movimento estudantil que tenha enraizamento em cada local de estudo, que busque o diálogo com o conjunto de estudantes dos cursos, escolas e universidades, que seja capaz de organizar a revolta da juventude e transformá-la em ação coletiva organizada na perspectiva de disputa dos rumos do país. Um movimento estudantil que construa muito trabalho de base cotidiano em seus locais, mas que se abra a construir a luta em unidade com os trabalhadores, em especial com o precariado, com as terceirizadas, com os trabalhadores informais que vivem no dia a dia o sufoco de trabalhos cada vez mais extenuantes, rotativos e mal pagos, a quem a constituição de 1988 sequer chegou e que, em sua maioria, são privados do direito à organização e mobilização política.

O próximo período será ainda mais duro, e nos exigirá dar passos em nossa capacidade de diálogo e organização. É momento de colocar toda nossa força na reconstrução por baixo, no trabalho cotidiano permanente, que se expressa nas reuniões semanais, grupos de estudos, panfletagens, semanas acadêmicas, debates, encontros de cursos, espaços de coletivização e tantas outras formas de construir política, chegar a mais estudantes e fortalecer os processos locais.

A tudo isso deve servir uma entidade nacional, que deve ter o papel de unir, impulsionar e levar adiante as diversas lutas estudantis que se espalham país afora, de dar voz e vez a quem denuncia o descaso dos sucessivos governos; de ser força e encorajar o movimento a ir além. Isso passa pela construção da entidade a partir de baixo, dos estudantes e entidades que estão nas bases dos cursos e escolas, aqueles que têm sido protagonistas de diversas lutas de resistência em cada local.

Queremos contribuir nesse processo de reorganização por baixo do movimento estudantil, unindo todos aqueles que acreditam na necessidade de construção de uma entidade nacional a serviço das lutas estudantis, com autonomia a todo e qualquer tipo de governo, que possibilite em seus fóruns e processos cotidianos, a mais ampla democracia de debate e decisão sobre os rumos da luta e da própria entidade. Uma entidade que se preocupe em transformar seus processos eleitorais não apenas meros processos burocráticos de “cumprir tabela”, mas momentos reais

de debate, participação e politização, momento de chegar ao máximo de estudantes no sentido de envolver e mobilizar pra luta.

Defendemos e apostamos na construção de um movimento estudantil e de uma entidade nacional que debata a sério o problema do endividamento da juventude via FIES, e que encampe para já uma campanha pela anistia dessas dívidas que sufocam milhares de jovens no país, enquanto engordam os grandes tubarões do ensino. É urgente debatermos a imediata suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública que abocanha hoje mais da metade de toda a riqueza construída pelos trabalhadores, a fim de criar um plano emergencial que ajude a resolução dos graves problemas do país, que possibilite a criação de empregos, a construção e reparação de creches, habitações, escolas; instituições de ensino, saúde e assistência social; que gere investimentos para a pesquisa e a produção de conhecimento socialmente útil. Um movimento estudantil que se mantenha erguendo a bandeira histórica de luta em defesa da educação pública e de qualidade, da creche à pós graduação, e que se coloque contra as iniciativas do atual governo de implementar uma política de vouchers e/ou cobranças de mensalidade nas universidades públicas.

A defesa da política de Ações Afirmativas, vitória do movimento negro, movimentos sociais e com apoio e participação do movimento estudantil que desde 2012, em muitas ocupações de reitoria pelo Brasil, garantiu o mínimo de reparação histórica que o Estado brasileiro deve a população negra do nosso país, ampliando o acesso à educação superior pública. E que a ampliação dessa política venha alicerçada a um debate das demandas de controle por parte das e dos estudantes negras/os contra as fraudes recorrentes e também na ampliação dessas vagas para estudantes cotistas e garantia de sua permanência durante toda a graduação e pós-graduação.

Somado a isso, ampliar a construção de uma política de permanência nas universidades, na defesa das verbas do PNAES e que sejam utilizadas de fato para a assistência e permanência estudantil, ampliando vagas de Casas de Estudante, garantindo a alimentação através de Restaurante Universitário, creches para que mães não precisem abandonar seus estudos, auxílio saúde para estudantes que necessitem de assistência em saúde mental e participação das e dos estudantes

nas decisões das prioridades nos direitos de permanência estudantil. Que essa não seja a primeira área a ser afetada com os cortes na educação! E que também perpassa a discussão da ampliação do financiamento público, da abertura de contas das instituições federais e da democracia interna das instituições não apenas na defesa da autonomia universitária, contra os decretos que possibilitam a escolha de reitores pelo ministro chefe da Secretaria do Governo, mas também nas demais instâncias participativas e no cotidiano das universidades como um todo, onde a criminalização do ME e de seus espaços de mobilização e vivência pelas reitorias é uma constante.

Esse é o sentido de nossa ida ao CONUNE e de construirmos cotidianamente o Alicerce estudantil, buscando em cada local contribuir nas lutas por nossos direitos e na organização da juventude no país. Queremos resgatar a política enquanto elemento do cotidiano, acreditando que a transformação dos rumos do país e a construção de um futuro respirável só poderá vir do protagonismo e da união entre juventude e do povo que batalha.

Conheça o Alicerce, organize-se e lute com a gente!

ASSINATURAS:

Isabela Jahnke Fischer - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Lucas Rocha de Paula - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Daniela Lumertz da Luz - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Alexandre Schneid Neutzling - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Luana Schubert Ledermann - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Cassio Lilge - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Francisco Muenzer Soares - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Hércules Gonzales - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Barbara de La Rosa Elia - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Izaque Lucas de Lima Almeida - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Mateus Arguelho da Cunha - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Rafaella Copetti Ghisleni - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Paola Vieira Machado - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Luiza Peter Arrieira - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Vitória Medeiros de Almeida - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Cristian Torres Amaral - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Thaís Silva Braga - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Wander Catarina dos Santos - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Thiago Silva Pinheiro - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Marília Brandão Amaro da Silveira - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Giselle dos Santos Radtke de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Julia Barreto de Almeida - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Gabriel Henrique Domiciano - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Lucas Marques Ferreira - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Michael Marroni Pires - Universidade Católica de Pelotas (UCPel)
Aline Medianeira Tolfo Rossa - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Carolina Moreira Nodari - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Pablo Silveira Machado dos Santos - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Caline Andressa Muller Gambin - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Guilherme Alves Paim - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Caroline Santos Vargas - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Guilherme Stürmer Lovatto - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Carlos Edimilson Ávila de Lima - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Peterson Loureiro Miranda - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Fernanda dos Santos Americo - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Aline Rodrigues - Escola Básica Estadual Cícero Barreto
Vitor Almeida do Nascimento - Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA)
Alexandre Boll Corrêa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Ariele Rodrigues de Oliveira Lima - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Bruna Moreira da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Douglas Cruz - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Eduarda Botelho Garcia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Eliana Ribeiro de Freitas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Gabriel Garcia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Gabriela Mueller Danieli - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Glória Ferreira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Ítalo Ariel Pereira Guerreiro - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Jéssica Eduarda Ramos D'Avila - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
João Otavio Rodrigues - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
João Vitor Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Juliana Prado Cros - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Laryssa Fontoura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Lucas Lorensi Viana Heinrich - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mariana Schleder Rheinheimer - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mariana Quevedo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Matheus Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Matheus Bertolo Damasceno - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mirela Mendes - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Marina Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nathalia Correia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rafael Duarte da Silva Cazzetta - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Romualdo Dorneles Neto - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Wellington Laureano Alves - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Indira de Ávila dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Betina Torriani - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Débora Lemos Grillo - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Eduarda Alves Coelho Dias - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Gabriele Lima Costa

Larissa Lunkes de Souza - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Laura Damasceno Possamai - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Laura Souza dos Santos - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pedro Henrique Jordão - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Roberta Alexandra Gouvêa dos Santos - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Wesley Nogueira Gomes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Clara Niehues Rivas - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Luana Costa - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Mariana Flores - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Rhaisa Pezzi - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Mariana Hreisemnou - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Alessandro Arnold Halama - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Kamila Anne Carvalho da Silva - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Lucas Finger Schmidtke - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Vinicius Zequini Ruy - Universidade Federal do Paraná (UFPR)